



Prefeitura de Caranaíba - MG
Agente Comunitário de Saúde e
Agente de Combate às Endemias

PORTUGUÊS

| | |
|---|----|
| Leitura, compreensão, interpretação..... | 1 |
| Gênero, tipo, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião.....) | 3 |
| Classes de palavras (flexões, classificações e emprego)..... | 27 |
| Acentuação gráfica..... | 40 |
| Pontuação (classificação e emprego)..... | 42 |
| Frase (classificações)..... | 47 |
| Uso dos “porquês”..... | 49 |
| Períodos simples; Períodos compostos (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas..... | 49 |
| Concordância nominal e verbal..... | 59 |
| Regência nominal e verbal..... | 61 |
| Denotação e conotação. Significação das Palavras..... | 64 |
| Figuras de linguagem..... | 65 |
| Vícios de linguagem..... | 70 |
| Funções da Linguagem..... | 73 |
| Novo acordo ortográfico..... | 75 |
| Questões..... | 79 |
| Gabarito..... | 97 |

MATEMÁTICA

| | |
|--|----|
| A numeração decimal..... | 1 |
| Conjunto dos números naturais: operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de problemas. Conjunto dos números reais. Números fracionários: operações com números fracionários. resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais..... | 2 |
| Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade. máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum..... | 23 |
| Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração..... | 31 |
| Sistema Métrico Decimal..... | 39 |

SUMÁRIO



| | |
|--|-----|
| Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares) | 44 |
| Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos. aplicação do teorema de Pitágoras | 45 |
| Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional | 49 |
| Média aritmética simples e ponderada..... | 53 |
| Regra de três simples e Regra de três composta | 55 |
| Porcentagem, juros simples e montante | 57 |
| Resolução de equações do 1º grau. Equações do 2º grau. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Resolução de problemas | 61 |
| Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica | 70 |
| Análise Combinatória Simples..... | 91 |
| Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.... | 94 |
| Questões | 99 |
| Gabarito..... | 107 |

CONHECIMENTOS GERAIS

| | |
|--|----|
| Política e Economia mundiais | 1 |
| Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...) | 7 |
| História e Geografia de Caranaíba..... | 15 |
| Descobertas e inovações científicas e tecnológicas | 21 |
| Meio ambiente | 29 |

LEGISLAÇÃO

| | |
|--|----|
| Estatuto do Magistério Público do Município de Caranaíba (Lei 683 de 20 de abril de 2010) | 1 |
| Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caranaíba (Lei 696 de 13 de setembro de 2010) | 8 |
| Lei Orgânica | 38 |
| Questões | 74 |
| Gabarito..... | 78 |

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | |
|--|-----|
| Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social; Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS | 1 |
| Saúde complementar | 26 |
| Planejamento e programação local de saúde | 30 |
| Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde..... | 33 |
| Epidemiologia e Indicadores de Saúde | 91 |
| Sistemas de Informação em Saúde | 105 |
| Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória | 109 |
| Educação em saúde..... | 112 |
| Questões | 120 |
| Gabarito..... | 124 |

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Matemática

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

| | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| HINDU 300 a.C | - | = | ≡ | ♀ | ∩ | ♁ | ∩ | ∩ | ∩ | |
| HINDU 500 d.C | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | (| ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ÁRABE 900 d.C | 1 | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C | 1 | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ | ∩ |
| ITALIANO 1400 d.C | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 0 |
| ATUAL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 0 |

Evolução do sistema de numeração decimal

Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).

- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.

- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:

10 unidades = 1 dezena

10 dezenas = 1 centena

10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos



O mundo atual é marcado por profundas transformações políticas e econômicas, que transcendem fronteiras e afetam diretamente a vida das pessoas, mesmo em pequenos municípios como Caranaíba, no estado de Minas Gerais. A interconexão promovida pela globalização torna as localidades, independente de seu tamanho, suscetíveis às dinâmicas internacionais, seja por meio de políticas públicas, flutuações econômicas, ou mesmo mudanças climáticas globais.

Caranaíba, conhecida por sua vocação agrícola e cultural, encontra-se inserida em um contexto onde decisões tomadas em grandes potências, como Estados Unidos e China, podem repercutir em aspectos como os custos de produção agrícola, acesso a mercados ou políticas ambientais. Esses fatores são amplificados pela crescente dependência do Brasil em relações comerciais globais e pela pressão por alinhamento com tendências econômicas e políticas mundiais.

— Contexto da Política Mundial e Seus Reflexos em Caranaíba

As transformações políticas no cenário global moldam a dinâmica das relações internacionais e influenciam diretamente os rumos de países e localidades. Em um mundo cada vez mais interconectado, as decisões de governos e organismos internacionais impactam desde grandes centros urbanos até pequenos municípios como Caranaíba.

Apesar de seu perfil predominantemente rural, o município não está isolado dessas influências, que afetam sua economia, gestão pública e perspectivas de desenvolvimento.

Disputas Geopolíticas e Efeitos no Comércio Internacional

A competição entre grandes potências, como Estados Unidos e China, vem redesenhando as relações econômicas globais. Questões como protecionismo, sanções econômicas e disputas comerciais têm consequências diretas nos mercados globais, o que reverbera até nas cidades menores.

– Impactos no setor agrícola de Caranaíba:

A dependência do Brasil de mercados externos, especialmente no agronegócio, coloca municípios produtores em posição vulnerável. Caranaíba, que integra a economia agrícola mineira, pode enfrentar dificuldades em períodos de tensões comerciais que afetem o fluxo de exportações, como o café, um produto de destaque na região.

– Custo de insumos agrícolas:

Sanções ou mudanças nas tarifas internacionais podem elevar o preço de fertilizantes e maquinários, dificultando o acesso dos pequenos produtores locais a tecnologias essenciais para o aumento da produtividade.

Sustentabilidade como Prioridade Global

A sustentabilidade ambiental tem ganhado centralidade nas agendas políticas internacionais, sendo impulsionada por movimentos globais e acordos multilaterais, como o Acordo de Paris. O Brasil, como signatário, vem sendo pressionado a adotar práticas mais sustentáveis, o que impacta diretamente as políticas internas e, por extensão, as comunidades locais.

– Exigências regulatórias e benefícios potenciais:

Pequenos produtores de Caranaíba podem ser beneficiados por incentivos à produção sustentável, como linhas de crédito específicas e programas de capacitação. Por outro lado, a necessidade de adaptação a normas ambientais rigorosas pode representar um desafio financeiro e técnico.

**LEI Nº 684, DE 20 DE ABRIL DE 2010.****(Vide Lei nº 927/2021)**

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, REORGANIZA SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, ESTABELECE METAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Legislativo Municipal de Caranaíba, constituído por seus representantes legais aprovou a presente LEI Complementar que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e eu, Prefeito Municipal, com fulcro nas atribuições que me são conferidas pela LEI, a sanciono, determinando a todos de que o seu cumprimento dependa que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela está contida.

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta LEI dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Para os efeitos desta LEI, entende-se por:

I - Rede municipal de ensino: o conjunto de instituições e órgão que realiza atividades de educação sob a coordenação do Órgão Municipal de Educação;

II - Magistério Público Municipal: o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Profissional de suporte Administrativo, Professor e Pedagogo, do ensino público municipal;

III - Professor: o titular de cargo de Professor, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de docência;

IV - Pedagogo: o titular de cargo de Pedagogo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência;

V - Profissionais de suporte administrativo: Os Profissionais de Suporte Administrativo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direito a docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Funções de magistério as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

CAPÍTULO II**DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL****SEÇÃO I****DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Art. 3º A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - A profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;



Conhecimentos Específicos

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.